PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA

ANEXO I

Documentos para contratação por Dispensa Emergencial

Habilitação Jurídica (art. 66 da LEI 14.133/21)

Inscrição no Registro Comercial, no caso de empresário individual.

Ato Constitutivo, Estatuto ou **Contrato Social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada e, no caso de Sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, de conformidade com a Lei em vigor;

Certificado do MEI, no caso de Micro Empreendedor Individual;

Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

Ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, no caso de sociedade cooperativa;

Poderá ser apresentada apenas a consolidação da alteração contratual.

Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (art. 68 da LEI 14.133/21)

Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

Prova de **inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame. No caso de isenção, entregar declaração assinada pelo representante legal do licitante.

Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:

Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à **Dívida Ativa da União**, inclusive contribuição social, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

Certidão de Regularidade de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda **ou** Certidão Negativa **ou** Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Tributários expedidas pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE 02, de 09/05/2013 **ou** do Estado da sede da empresa;

Certidão Negativa de Débitos Mobiliários ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Mobiliários, expedida pela Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, atualizado para comprovação de situação regular, em cumprimento ao instituído por Lei.

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas** ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

Qualificação Econômico-Financeira (art. 69 da LEI 14.133/21)

Certidão Negativa de Falência e Concordata, insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual (**emitida a menos de 180 dias**).

Qualificação Técnica (art. 67 da LEI 14.133/21)

Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com os serviços a serem executados/fornecidos **(Atestado de Capacidade Técnica**), devendo neles constar às quantidades, prazos e características. Em não constando todas as informações no atestado, é possível apresentar em anexo, documentos complementares tais como nota fiscal, contrato e outros pertinentes, com dados suficientes para cumprimento da exigência.

Documentações Complementares

Cadastro SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores)

Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando **trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal. (Conforme modelo do **Anexo II**)

Declaração que cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas, (art. 63, inciso IV da Lei 14.133-21). (Conforme modelo do **Anexo III)**

Declaração que não emprega **menor** de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição. (Conforme modelo do **Anexo IV)**

Declaração conforme **Decreto Municipal 20.786,** deverá declarar o subscritor do contrato. (Conforme modelo do **Anexo V)**

Indicação do responsável de que assinará o contrato, nos termos do exercício da administração constituídos na habilitação jurídica, acompanhado de procuração, caso não conste no contrato social e **Indicação com nome e qualificação, de quem será o preposto**, responsável pela comunicação entre a Contratada e a Contratante, (Conforme modelo do **Anexo VI**)

Declaração de Inexistência de Servidor Público Municipal nos Quadros da Empresa. (Conforme modelo do **Anexo VII**)

A falsidade das declarações sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II

(INSERIR TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

(Incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal)

Referência: Processo SEI: _____/_____ - Modalidade: _____

Prezados Senhores,

A empresa _____, com sede na _____, CNPJ nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, portador do CPF nº _____, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, para fins do disposto nos **incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal**, que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

_____, _____de _____ de _____.

_____

(Nome, cargo e assinatura do representante legal)

ANEXO III

(INSERIR TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DO ART. 63, INCISO IV, DA LEI 14.133/21

Referência: Processo SEI: _____/_____ - Modalidade: _____

Prezados Senhores,

A empresa _____, com sede na _____, CNPJ nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, portador do CPF nº _____, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, para fins do disposto no **inciso IV** do **art. 63** da **Lei 14.133/21**, que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.**

_____, _____de _____ de _____.

_____

(Nome, cargo e assinatura do representante legal)

ANEXO IV

(INSERIR TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

(Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal)

Referência: Processo SEI: _____/_____ - Modalidade: _____

Prezados Senhores,

A empresa _____, com sede na _____, CNPJ nº _____, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, portador do CPF nº _____, infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, para fins do disposto no **inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021**, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal.

_____, _____de _____ de _____.

_____

(Nome, cargo e assinatura do representante legal)

ANEXO V

(INSERIR TIMBRADO DA EMPRESA)

DECRETO MUNICIPAL 20.786/13

1. IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE:

NOME: _____ CPF: _____

CARGO:_____

EMPRESA: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL:_____

2. DECLARAÇÃO:

DECLARO ter conhecimento das vedações constantes no artigo 73-A, da Lei Orgânica do Município, e no artigo 1º da Lei Municipal nº 10.128, de 30 de Maio de 2012, que estabelecem as hipóteses impeditivas de contratação, e que:

( ) não incorro em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

( ) incorro nas hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

( ) tenho dúvidas se incorro ou não na(s) hipótese(s) de inelegibilidade prevista(s) no(s) inciso(s) ____ do referido artigo e, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação das hipóteses de inelegibilidade.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de Agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Sorocaba, ___/___/___

_____

Assinatura

ANEXO VI

(INSERIR TIMBRADO DA EMPRESA)

INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO, PREPOSTO E DADOS BANCÁRIOS

Referência: Processo SEI: _____ - Modalidade: _____

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO[1]

(Nos termos do exercício da administração constituídos na habilitação jurídica)

Nome: _____

Cargo na empresa:_____

CPF: _____

E-mail para convocação: _____

Telefone(s) de contato: _____

[1] O contrato deverá ser assinado digitalmente pelo **Sistema Eletrônico de Informações - SEI**, mediante cadastro do responsável no sistema como **usuário externo**, por meio do link abaixo. No momento do cadastro, será solicitada a identificação no **Gov.br**:

https://cidades.sei.sp.gov.br/sorocaba/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

PREPOSTO

(Responsável pela comunicação com a contratante)

Nome: _____

Cargo na empresa:_____

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO: Banco Itaú Unibanco S.A.[2]

Nº. DA AGÊNCIA: _____

Nº. DA CONTA CORRENTE: _____

OBS[3]**:** _____

[2] Antes da autorização da contratação direta, o futuro contratado deverá providenciar a abertura de conta corrente no **Banco Itaú Unibanco S.A.** para recebimento dos pagamentos decorrentes da contratação, ou informar conta corrente pré-existente nesta Instituição, exceto nos casos em que for comprovado impedimento de ordem legal ou operacional, devidamente justificado pelo futuro contratado e aceito pela Administração (SEFAZ/ DAF). Na hipótese de impedimento, o pagamento poderá ser realizado por meio de transferência bancária para conta de titularidade do futuro contratado em outra instituição financeira.

A Instituição Financeira promoverá a abertura de conta corrente do futuro contratado, devendo ser aberta obrigatoriamente pelo próprio futuro contratado.

O futuro contratado não terá nenhum ônus na abertura da conta corrente e todos os serviços bancários oferecidos poderão ser tarifados conforme a política comercial destinada aos demais clientes.

[3] Informar aqui caso se pretenda que o faturamento seja feito em conta do Consórcio, hipótese em que haverá a convocação para apresentação da constituição e registro do Consórcio, bem como dos dados bancários, antes da autorização da contratação direta.

_____, _____de _____ de _____.

_____

(Nome, cargo e assinatura do representante legal)

ANEXO VII

(INSERIR TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NOS QUADROS DA EMPRESA

Referência: Processo SEI: _____ - Modalidade: _____

_____ ,pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº_____, inscrição estadual/municipal sob o nº_____, com sede na _____, bairro_____CEP_____, neste ato representado pelo (a) Sr (a)_____, portador (a) do CPF nº _____ **DECLARA** que:

a) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação:

b) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha direta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável legal pela licitação.

c) Atender os requisitos da Lei Municipal nº 3.800/91 artigo 154 inciso VIII.

_____, _____de _____ de _____.

_____

(Nome, cargo e assinatura do representante legal)

Documento assinado eletronicamente por **Stefani Pereira Delis**, **Chefe de Seção**, em 12/11/2026, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/sorocaba/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **2609883** e o código CRC **388405C3**.